



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**SECRETARIA-ADJUNTA DE RECURSOS AMBIENTAIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS**

**Processo SIGEP n.º 2203016557**

**Assunto:** Acordo de Cooperação Técnica - ACT Projeto GEF Mar

**Interessado:** SEMA, Funbio e Ministério do Meio Ambiente

**PARECER n.º 229/2022 - SBAP/SARA/SEMA/MA/2022**

**Ementa:** *PARECER n.º 229/2022 - SBAP/SARA/SEMA/MA/2022. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre o Estado do Maranhão, através da SEMA, e o Funbio, com a interveniência da União, por meio do MMA, para continuidade da execução das atividades do Projeto GEF Mar em unidades de conservação estaduais. Parecer técnico favorável à assinatura do ACT.*

## **1. RELATÓRIO**

Trata-se do **Processo SIGEP n.º 2203016557**, através do qual analisa-se a possibilidade de assinatura de novo Acordo de Cooperação Técnica - ACT entre o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais - SEMA, e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - Funbio, com a interveniência da União, através do Ministério do Meio Ambiente - MMA, com o objetivo de estabelecer a continuidade das atividades do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas - GEF Mar em Unidades de Conservação - UCs estaduais do Maranhão.

A presente análise se baseia nos documentos encaminhados pelo Funbio, assim como no histórico da parceria iniciada por meio do ACT n.º 04/2017 e seu aditivo, visando subsidiar decisão superior acerca da continuidade da cooperação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto GEF Mar, instituído pela Portaria MMA n.º 349, de 26 de setembro de 2014, trata-se de uma iniciativa coordenada pelo MMA, com o objetivo de apoiar a expansão de um sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCPs) no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira. Em 2018, por meio da Portaria MMA n.º 429, de 16 de novembro daquele ano, o GEF Mar teve seu prazo de vigência prorrogado até o dia 26 de setembro de 2024.

Atualmente, o projeto possui financiamento do *Global Environmental Facility* - GEF (Fundo Global para o Meio Ambiente), por meio do Banco Mundial, e Compensação Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA, sendo os recursos geridos pelo Funbio. No total, a iniciativa apoia 30 UCs distribuídas no litoral brasileiro, sendo 23 federais e 07 estaduais, além de 07 Centros de Pesquisa. No Maranhão, a UC estadual apoiada é o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís.

O Estado do Maranhão passou a integrar o Projeto GEF Mar a partir da assinatura do ACT n.º 04/2017, publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão - DOEMA em 27 de fevereiro de



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**SECRETARIA-ADJUNTA DE RECURSOS AMBIENTAIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS**

2018 e, no Diário Oficial da União - DOU, em 02 de maio de 2018, data a partir da qual passou a vigor por 04 (quatro) anos. Em 02 de maio de 2022, a SEMA e o Funbio, com a interveniência do MMA, assinaram o Primeiro Aditivo ao ACT, prorrogando-o por mais 01 (um) ano. O referido aditivo foi publicado no DOEMA em 05 de maio e, no DOU, no dia 12 daquele mesmo mês.

Considerando que em seu art. 21 o Decreto Federal n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, estabelece que o período máximo de vigência dos instrumentos de parcerias, tais como acordos de cooperação, será de até 05 (cinco) anos, o que já foi comprometido pelo ACT n.º 04/2017, a continuidade da parceria ora proposta será consolidada por meio de um novo ACT, que vigorará até 26/09/2024, data de finalização do Projeto GEF Mar.

A continuidade da parceria entre a SEMA, Funbio e MMA é de extrema importância para o Estado do Maranhão, de modo a manter o processo de aumento da efetividade de gestão e consolidação da UC estadual apoiada, gerando benefícios à conservação da biodiversidade marinha no estado e, conseqüentemente, no sistema de AMCPs do Brasil. Dentre os avanços para o PEM do Parcel de Manuel Luís, destacam-se: elaboração do Plano de Manejo, elaboração do diagnóstico ambiental da UC, formação e funcionamento do Conselho Gestor, aquisição de equipamentos para operacionalização da gestão da área, capacitação da equipe gestora, além do reconhecimento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN de três sítios arqueológicos na UC: os naufrágios Salinas, West Point e Ilha Grande.

Após a elaboração do Plano de Manejo da UC, é necessário que sejam implementadas uma série de ações voltadas à proteção dos recursos e valores fundamentais da área, identificadas como de alta prioridade, tais como a elaboração de Plano de Pesquisa, Plano de Monitoramento dos Recursos Naturais, Plano de Uso Público e Plano de Proteção. Assim, a manutenção da parceria se torna estratégica no sentido de viabilizar, ainda que parcialmente, o alcance desses planos, da mesma forma que permitir o desenvolvimento de ações relacionadas à gestão participativa e de comunicação da UC, o desenvolvimento de outros subprojetos, bem como contribuir com o alcance das metas do Projeto GEF Mar.

### **3. CONCLUSÃO**

Considerando que o Projeto GEF Mar propiciou avanços significativos na gestão do PEM do Parcel de Manuel Luís, possuindo a capacidade de continuar apoiando a consolidação da UC e permitir o desenvolvimento de outros subprojetos no estado, emite-se **PARECER FAVORÁVEL** à assinatura de novo ACT entre o Estado do Maranhão, através da SEMA, e o Funbio, com a interveniência da União, por meio do MMA, para continuidade da execução das atividades do projeto em UCs estaduais.

Visando a efetivação do acordo, e conforme orientações do Funbio e MMA, é necessário submeter a presente proposta à apreciação da representante legal da SEMA, assim como solicitar, opcionalmente, parecer da Assessoria Jurídica interna e, obrigatoriamente, parecer da Procuradoria Geral do Estado - PGE quanto ao presente processo.



**ESTADO DO MARANHÃO**  
**SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**  
**SECRETARIA-ADJUNTA DE RECURSOS AMBIENTAIS**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS**

Salvo melhor entendimento, este é o parecer técnico que encaminhamos à apreciação e deliberação superior.

São Luís, 18 de outubro de 2022.

**Francisco das Chagas Miranda Carvalho Júnior**  
Analista Ambiental  
Matrícula: 859972-0



Documento assinado eletronicamente em 18/10/2022, às 16:32.

Assinado por: FRANCISCO DAS CHAGAS MIRANDA CARVALHO JÚNIOR - Cargo: ANALISTA AMBIENTAL

Código Verificador: 37263877, Código CRC: 2ZNUZZ40

Para consultar autenticidade acesse: <http://assinador.sema.ma.gov.br/assinador/f/consulta-doc.xhtml>.